

Ata da 18ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/SP

Realizada em 09-03-18 na sede da Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania. Compareceram pela COETRAE os representantes membros da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – PRT2, e como convidados os representantes da Missão Paz, Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF, Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude – ASBRAD, Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX e Tecendo e Costurando o Futuro – TECOF. Pelo CEETP compareceram os representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT, Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, Secretaria da Educação – SEE, Secretaria da Habitação – SH, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, Defensoria Pública da União – DPU, e como convidados os representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, SOS Dignidade, Posto Humanizado - Prefeitura de Guarulhos, Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF. Ausências justificadas da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB/SP, Ministério Público Estadual – MPE, Superintendência Regional da Polícia Federal. Constavam do Expediente Preliminar: 1) Aprovação da Ata da 17ª Reunião conjunta e das Comissões; 2) Convite da AFPESP para debates e apresentação de palestra sobre “Assédio Moral no Ambiente de Trabalho”; 3) Impressões sobre o II Simpósio Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo; 4) Retomada da Comissão para estudo do texto do art. 83, da Lei nº8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Comissão composta pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria da Educação, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública Federal, Defensoria Pública da União, Presença América Latina – PAL, e Polícia Rodoviária Federal; 5) Situação dos refugiados venezuelanos e ações a serem implementadas para a recepção desse público no estado de São Paulo; e 6) Assuntos Gerais. 1. Ata APROVADA. No tocante ao item 2, o representante da SJDC convida para a palestra “Assédio Moral no Ambiente de Trabalho”, organizada pela AFPESP, que acontecerá no dia 22-03-18, das 9h às 12h, no auditório da Secretaria de Justiça. Menciona o Projeto de Lei nº 8178/14, que reconhece a prática de assédio moral como um ato de improbidade administrativa. Questão de extrema relevância diante do aumento de casos de assédio moral no Estado. O representante do TJSP comenta sobre o forte impacto negativo das avaliações de desempenho individual, em que superiores dão notas para seus colaboradores, principalmente no quesito “eficiência”. Passando ao item 3., os membros elogiam o II Simpósio para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo, realizado pelo Núcleo de Enfrentamento Tráfico de Pessoas – SJDC, em 02-02-18, especialmente pela qualidade dos palestrantes. Discute-se a possibilidade de alterar o formato do evento, reduzindo a 2 palestras, ao invés de 3, de maneira que haja mais tempo para perguntas e debates. Sobre o item 4., o representante da SJDC comenta sua participação no Fórum “A Exploração Sexual Infante-Juvenil Esconde Medo”, realizado em 26-02-18 em Santos/SP, onde foi convidado a falar sobre a proposta deste grupo de alteração do ECA. A

representante do CAMI comenta o caso das crianças que viajaram de ônibus de São Paulo para Bolívia sem documentação. O representante da SJDC sugere que este assunto seja retomado na próxima reunião. A representante da DPU se apresenta ao grupo e conta sobre sua atuação junto ao Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da DPU, fala também sobre a Missão de Atendimento e Acolhimento aos refugiados venezuelanos em Manaus, e sobre uma reunião que será realizada para tratar dos menores desacompanhados que se encontram em Roraima. Passando ao item 5, o representante da SJDC conta sobre a reunião do Comitê para Refugiados – CER/SP, realizada no dia anterior a esta, onde discutiu-se ações a serem implementadas para garantir uma melhor recepção aos refugiados venezuelanos que serão encaminhados de Roraima para São Paulo, e também aos que voluntariamente já migraram para o estado e aqui se encontram sem trabalho, assistência e moradia dignas. Os membros do CER/SP irão reunir-se novamente no dia 20-03-18 para uma Reunião Extraordinária. Ressalta o importante trabalho ativo deste grupo em razão da vulnerabilidade dessa população de refugiados que facilmente poderá ser submetida a trabalhos em condições análogas a de escravo e ao tráfico de pessoas. Discute-se que para uma real inserção econômica é necessário oferecer emprego para essas pessoas, e que não sejam apenas subempregos, visto que muitos desses refugiados possuem Formação Superior e podem contribuir significativamente com seu conhecimento e cultura. A representante do CAMI atenta para o fato de que a situação difícil em que se encontram não justifica a submissão e aceitação de condições de trabalho precárias. A representante da Missão Paz traz para a discussão a questão vivenciada recentemente ao retornar de uma viagem a Roraima. A representante do Posto Humanizado da Prefeitura de Guarulhos pede desculpas pela ausência de participação nas últimas reuniões e comenta sobre ocorrências frequentes no aeroporto de Guarulhos. O representante da SJDC reforça a importância de notificarem o NETP quando dessas ocorrências. A representante sugere que seja feita uma Cartilha em diversos idiomas sobre Trabalho Escravo para ser distribuída aos imigrantes no aeroporto. 6. Em assuntos gerais, o representante da SJDC apresenta o *Protocolo de ações para profissionais de serviços públicos ou privados*, que conta com um fluxo de atendimento para os casos de desaparecimento de crianças e adolescentes, do Governo do Estado de São Paulo. Convite para o “Simpósio São Paulo, o estado amigo da Mulher Imigrante” em 19-03-18, e para o Seminário “Migração, Violência Doméstica e Trabalho Análogo ao de Escravo”, a ser realizado pelo CAMI em 26-04-18. Antes de encerrar a reunião o representante da Secretaria da Fazenda atualiza o grupo informando que sua pasta não tem mais ponderações a fazer sobre a minuta do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo. Estudantes de uma faculdade de Sorocaba, alunos de Psicologia, participaram como ouvintes desta reunião, interesse justificado pelo tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que explora o atendimento psicológico às vítimas de tráfico de pessoas e o funcionamento de políticas públicas efetivas.